súbdito espanhol Henrique Carmona, para o pagamento das anilinas que, fazendo parte da carga do vapor alemão *Bulow*, lhe pertenciam e foram requisitadas pelo Estado Português em 28 de Junho de 1918, fixaram, por sentença arbitral de 7 de Dezembro de 1927, as bases para a efectivação da respectiva liquidação e pagamento;

Considerando que a referida sentença arbitral foi homologada, de harmonia com o parecer do Conselho de Ministros, por despacho ministerial de 4 de Fevereiro de 1928;

Considerando que, pela mesma sentença arbitral, foi reconhecido ao interessado o direito de receber do Estado o valor correspondente a 118:287^{ks},620 de anilinas ao preço de 9\$10 cada quilograma, acrescido dos juros legais, fixados em 5 por cento, por despacho ministerial de 21 de Maio de 1928, depois de deduzidas as importâncias já recebidas a título de primeira prestação, nas datas em que o foram;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 1:548.706\$69, destinado ao pagamento, de harmonia com a sentença arbitral de 7 de Dezembro de 1927, homologada por despacho ministerial de 4 de Fevereiro de 1928, ao súbdito espanhol Henrique Carmona, de 118:287^{ks},620 de anilinas, que faziam parte da carga do vapor ox-alemão *Bulow* e foram requisitadas pelo Estado Português em 28 de Junho de 1918.

§ único. Esta importância, que não poderá ter aplicação diferente daquela a que é destinada, reforçará a verba inscrita no capítulo 34.º, artigo 112.º, da despesa extraordinária do orçamento da despesa do citado Ministério para o ano económico de 1927-1928, sob a rubrica de: «Para pagamento de todas as despesas resultantes da liquidação de processos do extinto Ministério dos Abastecimentos e Transportes.

Art. 2.º A 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública processará as folhas necessárias para o cumprimento da referida sentença arbitral, promovendo todas as formalidades legais para a efectivação do pagamento respectivo.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 14 de Julho de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Dias de Araújo Correia — José Bacelar Bebiano — Duarte Pacheco — Joaquim Mendes do Amaral.

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 15:722

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de

1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É fixado em um ano, a contar da data de importação para consumo das matérias primas, o prazo para se efectuar a exportação de mercadorias com direito a *drawback*.

Art. 2.º É fixada em 10 por cento a taxa LV da tabela do imposto do selo relativa aos títulos de reembolso de direitos — restituição dos de matérias primas quando se exportem os respectivos produtos — segundo a importância do reembolso.

Art. 3.º Os direitos de mercadorias importadas sob o regime de *drawback* serão escriturados em operações de tesouraria e a sua restituição, nos termos dêsto decreto, será efectuada mediante ordem de pagamento de operações de tesouraria.

Art. 4.º No fim de cada ano económico será transferida para receita do Estado a importância dos direitos que tenham perdido o direito a restituição por não se haverem feito as exportações dentro do prazo de um ano, a contar da data da importação para consumo da respectiva matéria prima.

Art. 5.º Quando as entidades que hajam importado as matérias primas sob regime de *drawback* entrem em liquidação ou abandonem o ramo de indústria em que as utilizavam, ser-lhes há restituída a importância dos títulos referentes às mercadorias que tenham exportado, mediante despacho do Ministro das Finanças, desde que provem os motivos alegados para tal restituição.

§ 1.º Será igualmente restituída a importância dos títulos relativos a mercadorias importadas por entidades que temporariamente deixem de laborar.

§ 2.º As entidades de que trata o parágrafo antecedente não será permitida a importação sob regime de *drawback* durante um prazo de dozo meses, a contar do despacho que conceder a restituição.

Art. 6.º Quando se tornar dispensável a importação de matérias primas, pelo facto de o mercado nacional as oferecer em boas condições, será pelo Ministro das Finanças autorizada a restituição das importâncias dos títulos, observando-se o disposto no artigo 5.º o § 2.º na parte aplicável.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Julho de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Dias de Araújo Correia — José Bacelar Bebiano — Duarte Pacheco — Joaquim Mendes do Amaral.

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

2.ª Repartição

Decreto n.º 15:723

Considerando que são muito frequentes as infracções cometidas pelos proprietários dos terrenos sujeitos à servidão militar;

Considerando que as sanções impostas pela lei das servidões militares, de 24 de Maio de 1902, sendo insufficientes e de efeitos extremamente morosos e por vezes nulos, precisam ser completadas;

Considerando que a defesa militar do País exige o integral cumprimento do que está legislado sobre servidões militares;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os proprietários dos terrenos sujeitos à servidão militar em que se executem trabalhos que, pela lei das servidões militares, de 24 de Maio de 1902, ou pelos decretos a que se referem os artigos 24.º e 25.º da citada lei, forem proibidos serão multados e intimados a demoli-los no prazo que for fixado, tendo-se em vista o tempo necessário para executar os trabalhos exigidos.

§ único. Os proprietários multados e intimados nos termos d'este artigo poderão recorrer para o respectivo governador militar, comandante de região ou comandante militar contra as multas e intimações que lhes forem feitas ao abrigo do disposto neste artigo, mas somente poderão ser atendidos quando o façam no prazo de oito dias, a contar da data da intimação, e quando se verifique que os trabalhos a que estavam procedendo não ficam compreendidos entre os que são proibidos, nos termos da legislação citada neste artigo.

Art. 2.º Os proprietários dos terrenos sujeitos à servidão militar, em que se executarem trabalhos que, nos termos da legislação citada no artigo anterior, carecem de prévia autorização da autoridade militar, e esta não tenha sido concedida, serão multados e intimados a suspender imediatamente esses trabalhos e a requerer a devida licença à autoridade militar competente, no prazo de trinta dias, a contar da data da intimação.

§ único. Os proprietários multados e intimados nos termos d'este artigo poderão recorrer contra as multas ou intimações que lhes tenham sido feitas perante as autoridades referidas no § único do artigo anterior, mas somente poderão ser atendidos quando o façam no prazo de oito dias, a contar da data da intimação, e quando se verifique que os trabalhos a que estavam procedendo não ficam compreendidos entre os que carecem de prévia licença da autoridade militar, nos termos da legislação citada no artigo 1.º

Art. 3.º Quando a licença requerida nos termos do artigo 2.º for negada ou quando não for pedida dentro do prazo nele fixado, o proprietário será intimado a demolir os trabalhos realizados no prazo que lhe for imposto, tendo-se em vista o tempo necessário para efectuar os trabalhos exigidos.

Art. 4.º Se o proprietário não efectuar a demolição que lhe for imposta nos termos dos artigos 1.º e 3.º dentro do prazo que tiver sido fixado, a autoridade militar ordenará que a demolição dos trabalhos realizados sem licença seja levada a efeito por forças militares, não tendo o proprietário direito a indemnização alguma e sendo entregues ao serviço de propriedades e obras militares os materiais provenientes da demolição, quando os houver.

Art. 5.º Se, depois de intimada a paralisação ou demolição de trabalhos, nos casos previstos neste decreto, se verificar que o respectivo proprietário lhes dá prosseguimento sem estar munido da competente licença, será novamente multado e tantas vezes quantas aquelas em que se reconhecer que essa infracção se repete.

§ único. A importância de qualquer das multas a aplicar neste caso será o máximo fixado no artigo 7.º

Art. 6.º Os proprietários pagarão as multas em que tiverem incorrido, nos termos d'este decreto, nos conselhos administrativos das unidades ou estabelecimentos que forem indicados nos respectivos avisos.

§ único. Quando os referidos proprietários não satisfaçam voluntariamente o pagamento das multas impostas dentro do prazo de oito dias, a contar da data da intimação, os chefes do serviço de propriedades e obras militares requisitarão aos agentes do Ministério Público a instauração das execuções competentes para obrigarem os infractores ao pagamento dessas multas.

Art. 7.º As multas a aplicar, nos termos d'este decreto, variarão entre 50\$ e 500\$, conforme a importância dos trabalhos realizados sem licença.

Art. 8.º As intimações consignadas neste decreto serão feitas pelos agentes do serviço de propriedades e obras militares aos respectivos proprietários, procuradores ou encarregados de trabalhos; as multas serão impostas aos proprietários ou seus procuradores pelos chefes do mesmo serviço.

Art. 9.º A importância das multas, cobradas em virtude das disposições d'este decreto, será destinada pela respectiva autoridade militar à execução de obras de conservação ou de reparação dos quartéis ou estabelecimentos militares da respectiva área, sob proposta dos chefes do serviço de propriedades e obras militares.

Art. 10.º Sempre que tenha sido autorizado qualquer trabalho nas zonas de servidão, e depois de cumpridas todas as formalidades exigidas na legislação em vigor, será passado pela competente autoridade militar ao respectivo proprietário documento em que se consigne essa licença, sem o que não poderá dar começo aos trabalhos autorizados. Este documento, bem como o projecto, devidamente autenticado, dos trabalhos autorizados, deverão estar patentes no local d'esses trabalhos sem o que se considerarão como feitos sem licença da autoridade militar.

Art. 11.º Por chefes do serviço de propriedades e obras militares referidos neste decreto compreendem-se:

- No Governo Militar de Lisboa, o comandante de engenharia;
- Nas regiões militares, os directores do serviço de propriedades e obras militares;
- Nos Governos Militares dos Açores e Madeira, os directores do serviço de propriedades e obras militares.

Art. 12.º Por agentes do serviço de propriedades e obras militares compreendem-se os funcionários militares ou civis (estes devidamente ajuramentados) do referido serviço, aos quais pela respectiva autoridade militar seja conferido bilhete de identidade em que se consignem as atribuições que este decreto lhes confere.

Art. 13.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram o façam cumprir e guardar tam inteiramente como n'ele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Julho de 1928.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — José da Silva Monteiro — António de Oliveira Salazar — João Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — António Maria de Bettencourt Rodrigues — José Dias de Araújo Correia — José Bavelar Bebiano — Duarte Pacheco — Joaquim Mendes do Amaral.